

A mulher e a educação escolar: um recorte da EJA na atualidade

Keila Cristina Medeiros Palácios¹, Maria das Graças Fernandes de Amorim dos Reis², Josiane Peres Gonçalves³

Resumo

Ao longo do tempo, a mulher lutou e ainda luta para conseguir firmar seu lugar na sociedade, haja vista toda a desigualdade sofrida por ela no decorrer da história. E é por meio da educação que muitas veem a oportunidade para mudar de vida. O objetivo desta pesquisa é analisar o que as mulheres mães e chefes de família buscam por meio de sua formação na Educação de Jovens e Adultos (EJA), levantando quem é essa mulher, que motivos levaram-nas a estudar nesta modalidade, quais as perspectivas futuras por meio da educação escolar, e se há políticas públicas educacionais voltadas para elas. A pesquisa de campo foi realizada por meio de entrevistas com perguntas previamente estruturadas, com sete estudantes da EJA do Município de Naviraí, Mato Grosso do Sul. Os resultados sugerem que a EJA se apresenta como um importante espaço de superação da exclusão social de muitas mulheres que não tiveram oportunidade de acesso à escolarização na idade regular, bem como espaço de sonhos e idealizações profissionais.

Palavras-chave

EJA. Mulheres. Educação Escolar.

1. Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, Campus de Naviraí, Brasil. E-mail: keila.mpalacios@gmail.com.

2. Doutora em Educação pela Universidade Federal de São Carlos, São Paulo, Brasil; professora da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, Campus de Naviraí, Brasil. E-mail: gmgrg46@gmail.com.

3. Doutora em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Brasil; professora da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus do Pantanal, Brasil; líder do Grupo de Estudo e Pesquisa em Desenvolvimento, Gênero e Educação (GEPDGE/ UFMS). E-mail: josianeperes7@hotmail.com.

Women and school education: a cut of the education of young and adults (EJA) in current

Keila Cristina Medeiros Palácios , Maria das Graças Fernandes de Amorim dos Reis , Josiane Peres Gonçalves

Abstract

Over time, women have struggled and still struggle to be able to establish their place in society, given all the inequality suffered throughout history. And it is through education that many see the opportunity to change their lives. The objective of this research is to analyze what women mothers and heads of families seek through their training in the Education of Young and Adults (EJA), raising who this woman is, what reasons led them to study in this modality, what future perspectives they hold through school education, and if there are educational public policies aimed at them. The field research was carried out through interviews with previously structured questions, with seven EJA students from the Municipality of Naviraí, State of Mato Grosso do Sul, Brazil. The results suggest that the EJA presents itself as an important space to overcome the social exclusion of many women who did not have access to schooling at the regular age, as well as a space for dreams and professional idealizations.

Keywords

Education of Young and Adults. Women. Schooling.

*Graduate in Pedagogy, Federal University of Mato Grosso do Sul, Campus de Naviraí, Brazil. E-mail: keila.mpalacios@gmail.com.

** PhD in Education, Federal University of São Carlos, State of São Paulo, Brazil; professor at Federal University of Mato Grosso do Sul, Campus de Naviraí, State of Mato Grosso do Sul, Brazil. E-mail: gmgrg46@gmail.com.

*** PhD in Education, Pontifical Catholic University of Rio Grande do Sul, Brazil; professor at Federal University of Mato Grosso do Sul, Campus do Pantanal, State of Mato Grosso do Sul, Brazil; leader of the Study and Research Group in Development, Gender and Education (GEPDGE/ UFMS). E-mail: josianeperes7@hotmail.com.

Introdução

Historicamente a mulher sempre foi vista como a provedora dos filhos e responsável pelos afazeres da casa, educadas para constituir família. A relação com a educação não passava de formalidades para ter uma boa família. Quanto à educação escolar, essa, anteriormente, era privilégio de poucos e, ainda assim, direcionada para homens. Apesar das desigualdades enfrentadas ao longo da história, é por meio da educação que muitas mulheres almejam uma vida melhor, direito este conquistado há pouco tempo atrás.

Nesse sentido, as mudanças ocorridas na sociedade, o crescimento da urbanização e a necessidade financeira, foram fatores importantes para que algumas mulheres lutassem pela liberdade, igualdade, pelo direito a trabalhar fora de casa e pelo direito à escolarização. A partir disto, a mulher começa a se firmar na sociedade possuindo voz e vez, ainda que enfrente preconceitos e indiferenças.

Atualmente, as mulheres são responsáveis por constituírem uma parcela cada vez maior de estudantes, ultrapassando os homens tanto na procura por educação, quanto em anos de escolaridade. Neste viés, a Educação de Jovens e Adultos (EJA) representa a modalidade de ensino que oferta vagas para aqueles que não puderam estudar na idade certa, e apresenta um aumento significativo de estudantes mulheres.

Deste modo, a pesquisa tem por objetivo investigar a relação da mulher mãe e chefe de família com a educação, com recorte na EJA, bem como analisar quem é essa mulher, quais motivos levaram-nas a estudar nesta modalidade de ensino, e se há políticas públicas educacionais voltadas a esse segmento.

Assim sendo, a pesquisa está organizada de maneira que o leitor possa compreender o raciocínio deste estudo, tendo como ponto de partida a discussão sobre a mulher na contemporaneidade, o papel exercido por elas e

as mudanças na sociedade. Aborda-se a relação das mulheres com a educação ao longo da história, e para fechar essa primeira fase é abordada a historicidade da EJA. Na sequência, estão apresentação e análise dos dados, finalizando o texto com as considerações finais e referências.

Para o desenvolvimento da pesquisa, inicialmente, realizou-se um levantamento bibliográfico acerca da temática. Na sequência, foi feito o levantamento das escolas do Município de Naviraí, Mato Grosso do Sul, que ofertaram a EJA no ano de 2016, a elaboração do roteiro de questões, o contato com as escolas e, posteriormente, realizadas as entrevistas. Foram entrevistadas sete mulheres, das 1ª e 2ª fases do ensino fundamental e 3ª e 4ª fases do ensino médio, existentes em quatro escolas do município que possuíam a EJA.

Quanto à relevância da pesquisa, essa se dá pelo fato de que a mulher, atualmente, exerce vários papéis na sociedade – mãe, esposa e profissional – e que, apesar dos avanços, ainda enfrenta a desigualdade e o preconceito. Nesse sentido, é por meio dos estudos que muitas veem uma alternativa para mudar suas vidas. Deste modo, a importância em desenvolver esta pesquisa se deve ao fato de conhecer a realidade de algumas mulheres estudantes da EJA, bem como levar essa realidade ao conhecimento de outras mulheres que se encontram na mesma situação, a fim de contribuir para o incentivo dos estudos destas.

A mulher na contemporaneidade

Após séculos de submissão, acredita-se que as mulheres buscam cada dia mais participar do próprio processo de crescimento pessoal e profissional, no qual buscam uma nova história que as possibilitem assumir o papel principal de suas vidas. Segundo Barros e Rocha (2008), o percurso histórico do universo feminino, na

modernidade, retrata um exercício constante da mulher em assumir responsabilidades por sua própria vida, cultuando a mulher-mãe e a mulher-profissional como opção, inclusive, de realização, mas não mais como imposição de forças externas a sua vontade.

Com as mudanças ocorridas na sociedade, a modernidade e o avanço das tecnologias, a mulher, por meio de lutas constantes, vem conquistando seu espaço, assumindo papéis que antes lhes eram negados. Segundo dados do IBGE em 2010, observa-se um aumento da participação das mulheres no mercado de trabalho brasileiro entre 2000 e 2010. Embora a taxa de atividade dos homens seja superior à das mulheres, o diferencial dessa porcentagem, que era de quase 30 pontos em 2000, caiu para pouco mais de 21, em 2010, o que se deve não apenas ao maior crescimento desta taxa entre as mulheres, mas também a sua redução entre os homens (IBGE, 2014).

Nesse sentido, mesmo não ultrapassando os homens, percebe-se o avanço significativo das mulheres no mercado de trabalho, o que corrobora a afirmação de que estas estão buscando seu espaço na sociedade. Segundo Moraes (2012, p. 2), “a inserção da mulher no mercado de trabalho se dá, historicamente, a partir do momento em que a situação econômica das famílias não permite ao homem sustentar a casa sozinho”.

A fim de contribuir com esta questão, Coelho (2002) pontua que a inserção da mulher no mercado de trabalho e sua luta por direitos iguais aos dos homens, é fruto das mudanças ocorridas principalmente na família. Tais mudanças fizeram com que as mulheres tomassem a frente dos assuntos familiares, tornando-se “chefes de família” como é possível observar nos dados do IBGE:

Em 2000, o Brasil tinha 86,3 milhões de mulheres que, representavam boa parte da força de trabalho no país; acumulavam tarefas e passaram a chefiar um maior número de

domicílios. O aumento da chefia entre as mulheres refletiu diretamente no rendimento familiar, cuja contribuição feminina cresceu quase 56% no último Censo. Na comparação com os homens, as mulheres chefiavam domicílios com melhores condições de saneamento básico; eram mais escolarizadas; viviam mais e representavam a maior parcela entre a população idosa no país. (IBGE, 2010, p. 1).

Apesar de todas as mudanças advindas das conquistas feministas, a mulher carrega ainda um grau de exigência maior da sociedade no que diz respeito à “mulher ideal”, visto que antes a mulher perfeita era aquela que cuidava bem do lar, e, na atualidade, ela precisa se destacar profissionalmente, cuidar da família, encontrar tempo para cuidar de si e ainda fazer uma graduação ou um curso de aperfeiçoamento (MORAES, 2012).

A mulher na atualidade é vista como um modelo de múltiplas funções, se antes lutavam para se libertarem das amarras do sistema social patriarcal, hoje elas se encontram aprisionadas ao mercado de trabalho, profissão e família. “Muitas mulheres, atualmente, lutam entre uma educação tradicional recebida em um mundo que lhe exige novos posicionamentos de sujeitos” (AMAZONAS; LIMA; DIAS, 2006, p. 35).

Neste sentido, Carmo, Ischiara e Carneiro (2011, p. 6) pontuam que, mesmo a mulher tendo a pluralidade, na contemporaneidade, como a maior característica, estas possuem a “necessidade de se emancipar, no entanto, ainda trazem no inconsciente o papel de mãe e de dona de casa”. Deste modo, a identidade da mulher, atualmente, encontra-se em construção.

Nas décadas de 1980 e 1990 houve avanços que estabeleceram a ocupação pelas mulheres em espaços públicos, porém, tais conquistas não significaram a igualdade entre os sexos, visto que o pensamento ainda encontra-se condicionado por doutrinas e teorias arraigadas há tempos na sociedade. Ainda assim, o trabalho possibilitou que elas saíssem

da posição de procriadoras para criadoras, e mesmo na contemporaneidade enfrentando duplas e, às vezes, triplas jornadas, ainda lhes são cobradas que exerçam papel de cuidadoras da família (CARMO; ISCHIARA; CARNEIRO, 2011).

Segundo Agostinho e Saboia (2011), o mercado de trabalho é reconhecidamente um local em que as desigualdades são reveladas e potencializadas, sobretudo em relação à questão de gênero. Historicamente, observa-se uma menor participação da mulher no mercado de trabalho em relação aos homens, entretanto é entre as mulheres que as taxas de atividade mais cresceram.

No Brasil, em 1970, somente 18,5% das mulheres de 10 anos ou mais eram economicamente ativas. Em 2000, essa taxa mais que dobra, atingindo 44,1%. Para os homens, neste mesmo período, a taxa de atividade cai de 71,8% para 69,6% (IBGE, Censos Demográficos de 1970 e 2000). Entre 1999 e 2009, há uma diminuição na taxa de atividade para os homens de 16 anos ou mais, enquanto para as mulheres da mesma faixa etária, a tendência de crescimento é contínua, de 55,2% para 58,8%. (IBGE, 2010, p. 10).

No que se refere a trabalhos formais, no mesmo período entre 1999 a 2009, o percentual de pessoas trabalhando aumentou 7,3%, para homens e mulheres, atingindo 53,2% e 48,8%, respectivamente, porém, mesmo as mulheres tendo maior representatividade, a maioria delas ainda está ocupada em trabalhos informais (51,2%) (AGOSTINHO; SABOIA, 2011).

Quando se trata de cargos de gerência, mesmo as mulheres sendo 41% da força de trabalho, somente 24% ocupam tais cargos. A parcela de mulheres em cargos executivos das 300 maiores empresas brasileiras subiu de 8%, em 1990, para 13%, em 2000, entretanto, as mulheres brasileiras recebem, em média, o correspondente a 71% do salário dos homens (PROBST; RAMOS, 2015).

Nesse sentido, é possível perceber a desigualdade de gênero no mercado de trabalho, visto que apesar de haver um crescimento significativo de mulheres que buscam serviço, muitas se encontram ocupadas no exercício de atividades informais e aquelas que conseguem bons cargos representam um número inferior ao dos homens, apresentando, deste modo, pouca visibilidade na carreira.

Apesar das mulheres terem evoluído no mercado de trabalho, e de terem adquirido mais instrução, os salários não acompanharam este crescimento. Segundo pesquisas, como a realizada por Probst e Ramos (2015, p. 3), “as mulheres ganham cerca de 30% a menos que os homens exercendo a mesma função. Conforme o salário cresce, cai a participação feminina. Entre aqueles que recebem mais de vinte salários, apenas 19,3% são mulheres”.

Ainda que haja desigualdade de gênero no mercado de trabalho, a busca por equidade se dá na medida em que se observa, por meio de pesquisas, o avanço das mulheres nos estudos e na busca por uma carreira profissional, ultrapassando os homens. Segundo Barros e Rocha (2008, p. 8) “a mulher se reconhece e se faz reconhecida como um ser capaz, tanto social quanto profissional, e supostamente tende a favorecer a este propósito, quando este se constitui uma possibilidade de construção da identidade social do ser”.

De modo geral, a mulher que se faz ser reconhecida como um ser capaz, apesar das adversidades encontradas na sociedade, como a desvalorização, preconceito etc., não se veem sustentadas ou sob a submissão de um homem, visto que, na atualidade, mostram-se donas de si, ao passo que buscam nos estudos e no trabalho certa independência.

A relação das mulheres com a educação

A história das mulheres é fundamental para se compreender a história geral, uma vez

que ela é relacional, e inclui tudo o que envolve o ser humano, suas aspirações e realizações, seus parceiros e contemporâneos, suas construções e derrotas (RODRIGUES; COSTA, 2007). Nesse sentido, a relação da mulher com a educação é marcada historicamente pela busca de direitos iguais, sendo o direito aos estudos um marco importante.

Antigamente, a escolaridade era um privilégio de uma minoria “bem-nascida” e socialmente privilegiada. Ao contrário dos homens, uma minoria das mulheres, independente da classe, tinha algum tipo de escolaridade (RITT, 2012). A educação feminina sempre foi somada à antiga ideia de educação doméstica. A escolaridade destinada às meninas não era a mesma destinada aos meninos. Tal fato está retratado em um antigo provérbio português, aplicado às moças de classe alta brasileira, que dizia que “uma mulher é suficientemente educada quando pode ler com propriedade seu livro de orações e sabe como escrever a receita de geleia de goiaba; mais do que isso põe o lar em perigo” (RITT, 2012, p. 44).

Com o tempo, as meninas de famílias ricas passam a aprender não somente a preparar bolos, doces, fazer rendas, bordar. Também puderam aprender francês, tocar piano ou dança. Tais atributos davam a oportunidade a essas meninas de serem companhias agradáveis nos encontros sociais, que aconteciam na alta classe social. Na última metade do século XIX, são observadas algumas melhorias de escolaridade, apesar de, no geral, poucos brasileiros terem acesso à escola. A educação era privilégio dos ricos, de pessoas que possuíam boa posição social e econômica (RITT, 2012).

As mudanças ocorridas na sociedade, o crescimento da urbanização e a necessidade financeira foram fatores que impulsionaram algumas mulheres a lutar pela liberdade e pelo direito à escolarização no início do século XX, uma vez que as escolas criadas para mulheres no século XIX não atendiam as necessidades

educacionais dessas mulheres, pois estavam voltadas ainda para um modelo de educação religiosa. A ampliação dos meios de comunicação, a industrialização e a publicidade contribuíram para que muitas mulheres mudassem sua conduta e costume (BRITO; MIRANDA, 2012).

O direito à educação é reconhecido internacionalmente como direito humano, conferido às mulheres e meninas da mesma forma que aos homens e meninos. A Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 estabelece o direito à educação para todas as pessoas. Inspiradas nesse documento, várias convenções internacionais sobre direitos humanos proíbem qualquer discriminação de sexo ou gênero. Deste modo, o acesso ao ensino gratuito é um direito inalienável de todas as crianças, tanto meninos como meninas (SINGH, 2011).

A luz desta temática, as pioneiras na defesa dos direitos da mulher, no Brasil, apostavam na educação como sendo a chave para a emancipação feminina, como também a de oportunidade de melhora do *status* social feminino, como um todo. Muitas mulheres, por volta de 1870, viam na educação superior uma maneira de assumirem ocupações de maior prestígio (RITT, 2012).

Mais tarde, em nível nacional, a Constituição Federal de 1988 garantiu tratamento isonômico entre os homens e as mulheres e, em seu Art. 5º, inciso I, estabelece que “homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição” (BRASIL, 1988, p. 1). E, apesar de todos os avanços, da equiparação entre o homem e a mulher feita pela Constituição Federal de 1988, a ideologia patriarcal ainda subsiste a todas essas conquistas (RITT, 2012).

Ainda que a Carta Magna assegurasse a equidade entre os gêneros, a sociedade resistia em mudar seu conceito. A fim de mudar essa realidade, muitas mulheres buscaram na educação, uma forma de se

reafirmarem, bem como garantir seu espaço. Deste modo, “a importância da educação para consolidação do exercício de direitos e para construção da autonomia individual e coletiva, é um meio fundamental para o desmonte das desigualdades sociais de gênero, entre outras” (BRASIL, 2013, p. 22).

Segundo o Plano Nacional de Políticas para Mulheres, uma avaliação de gênero do processo educacional nacional implica na análise das políticas educacionais contemporâneas praticadas pelo Estado nas últimas décadas (BRASIL, 2013). Este olhar sobre as relações de gênero nos faz refletir sobre as mudanças históricas ocorridas em nosso país, principalmente no que diz respeito à educação das mulheres.

Para que muitas mulheres pudessem ocupar os bancos das escolas e universidades, com dignidade, várias foram as lutas, movimentos e discussões acerca dessa temática.

Atento em relação a este aspecto, o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) liderou a adoção pela Assembleia Geral das Nações Unidas da Convenção dos Direitos da Criança, em 1989. O Conselho Executivo do Unicef elegeu a menina como centro de suas atenções na década de 1990. Na trajetória dessa ofensiva, cinco conferências internacionais foram realizadas pela ONU, nos anos 1990, sobre mulheres, desenvolvimento e educação. Particularmente a Conferência Mundial “Educação para Todos” em Dakar, em 2000, retomou os princípios da Conferência de Jomtien (Tailândia) que havia reiterado o enfoque da igualdade de acesso educacional entre os sexos e dedicou atenção especial à educação das meninas e às diferenças entre as relações de gênero. (BRASIL, 2013, p. 22).

Com o fervor das discussões acerca da mulher, iniciadas na década de 1980, a relação de gênero e educação toma grandes proporções, passando a ser discutida em vários países, inclusive no Brasil. Essa mudança no cenário educacional culminou em políticas públicas específicas para mulheres. Tais políticas visam

à educação como um dos eixos fundamentais para a construção de uma sociedade igualitária. Para que isso fosse possível, vários indicadores quantitativos foram construídos para monitorar ações governamentais e para identificar as desigualdades de gênero, configurando-se assim o Plano Nacional de Políticas Públicas Para Mulheres (PNPM) a partir de 2004 (BRASIL, 2013).

Com o olhar voltado às ações que buscam a igualdade de gênero, as relações sociais que envolvem trabalho e educação sofreram mudanças, e apesar de ainda existirem preconceito e discriminação, a mulher sai cada vez mais em busca do seu espaço, principalmente no que diz respeito a estudos e formação. Isso fica bem evidente na medida em que se observam os dados em relação à escolaridade de homens e mulheres. Segundo dados do IBGE:

Em todas as Grandes Regiões, as mulheres apresentaram médias maiores de anos de estudo. Em 2014, as mulheres tinham 8,0 anos e os homens, 7,5 anos de estudo. As maiores diferenças são apontadas na Região Norte, 7,6 anos para as mulheres e 6,8 anos para os homens; e na Região Nordeste, com 7,0 anos para as mulheres e 6,2 anos para os homens. A menor diferença foi encontrada na Região Sudeste, com 8,5 anos para as mulheres e 8,3 anos para os homens. (IBGE, 2015, p. 47).

Não obstante, os níveis de analfabetismo no Brasil, no mesmo período, também apontam diferenças entre homens e mulheres, 8,6% e 7,9% respectivamente. Já na análise regional, as maiores diferenças ocorreram na Região Norte, com 9,7% para os homens e 8,3% para as mulheres e na Região Nordeste, com 18,5% para os homens e 14,9% para as mulheres (IBGE, 2015).

Percebe-se, a partir desses dados, que as mulheres apresentam maior tempo de escolaridade e, conseqüentemente, um menor índice de analfabetismo comparado com os homens, isso também é perceptível nos cursos de nível superior, nos quais a parcela de mulheres ocupadas com curso superior completo era de

19,6%, e a dos homens, 14,2% em 2009 (IBGE, 2010).

Esse crescimento é resultante do aumento da escolaridade de uma forma geral, tal aumento nos faz refletir sobre as mudanças ocorridas na sociedade, na qual a mulher ganha/busca cada vez mais seu espaço, a fim de enfrentar as barreiras de gênero antes impostas pelos antepassados, bem como os preconceitos e discriminações sofridas, ainda, na atualidade.

Breve histórico da EJA

Amparada legalmente, a Educação de Jovens e Adultos (EJA) consiste, na contemporaneidade, em uma modalidade de ensino que tem despertado o interesse de um público cada vez mais heterogêneo. Destinada àqueles que não concluíram as fases escolares na idade cronológica apropriada, a história dessa modalidade de ensino denota alterações alusivas, principalmente, às mudanças ocorridas nas diversas conjunturas sociais em que essa foi se consolidando (SILVA, 2011).

A necessidade de uma política pública que oferecesse alfabetização para jovens e adultos é constatada desde a colonização portuguesa, visto que o objetivo principal era ensinar a população a ler e escrever a fim de que pudessem fazer a leitura do catecismo, cumprir ordens vindas da corte e, mais tarde, fazer com que os trabalhadores pudessem obedecer às ordens do Estado (SILVA, 2011).

Posteriormente, ao fim do século XIX, com a República, mesmo o acesso ao ensino ser privilégio de poucos e sofrendo influência do Positivismo, a educação para jovens e adultos passa a ter visibilidade, ficando a cargo do Sistema Público. Neste momento, houve um crescimento industrial e populacional, a educação passa a ser direito de todos, não apenas da elite (SILVA, 2011).

Ainda que houvesse menção à necessidade de oferecer educação aos adultos

no final do século XIX, com a Constituição de 1934, que previa o ensino primário, integral gratuito e obrigatório, este ensino deveria se estender à educação de jovens e adultos. Deste modo, é no século XX, em meados da década de 1940 e 1950, que esse pensamento toma corpo e há iniciativas concretas em oferecer benefícios de escolarização às amplas camadas da população até então excluídas da escola (DI PIERRO; JOIA; RIBEIRO, 2001).

Nesse período, além de haver iniciativas nos níveis estadual e local, houve a criação de vários movimentos voltados à educação de jovens e adultos, tais como o Fundo Nacional de Ensino Primário, em 1942; e o Serviço de Educação de Adultos e a Campanha de Educação de Adultos, ambos em 1947; em 1952, a Campanha de Educação Rural; Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo, em 1958 (DI PIERRO; JOIA; RIBEIRO, 2001). Estes movimentos desenvolveram “uma série de atividades, produzindo e distribuindo material didático além mobilizar a opinião pública, governos municipais, estaduais e iniciativa particular” (ORO; WESCHENFELDER, 2010, p. 3).

Na década de 1960, o trabalho de Paulo Freire passou a direcionar diversas experiências na educação de jovens e adultos, trazendo a leitura em diferentes espaços e contextos no qual a escrita possibilitava expressar os anseios do povo oprimido. Neste período, as ações direcionadas a essa área da educação foram impulsionadas e embaladas pela efervescência política e cultural do momento (SILVA, 2011).

Com o golpe militar em 1964, “a alfabetização de jovens e adultos deixa de atender diretamente as classes populares e passa a ter um caráter repressor” (SILVA, 2011, p. 10). Entretanto, era necessário que o nível de escolaridade fosse elevado para que pudesse dar respostas à comunidade nacional e internacional. Deste modo, era de suma importância manter o modelo socioeconômico imposto pelo regime

militar (ORA; WESCHENFELDER, 2010).

Para atender essas questões, no ano de 1971, criou-se o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), voltado a oferecer alfabetização aos vários grupos de adultos analfabetos de todo o país. Neste mesmo ano, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), Lei nº 5.692/71, reformulou as diretrizes de ensino de primeiro e segundo grau, com o objetivo de suprir a necessidade de oferta da educação regular para aqueles que não tiveram acesso na idade apropriada (SILVA, 2011).

Ao longo dos anos de 1970, o Mobral mudou várias vezes sua atuação, para que, desse modo, pudesse sobreviver aos baixos índices de alfabetização, como por exemplo, a criação de um projeto que correspondia a uma condensação do antigo curso primário, viabilizando a continuidade da alfabetização em programas de educação básica para jovens e adultos (DI PIERRO; JOIA; RIBEIRO, 2001).

Devido a não credibilidade e os baixos índices de alfabetização, o Mobral durou apenas 15 anos. Nesse período, dos 40 milhões de pessoas que o frequentaram apenas 10% foi alfabetizada (TEIXEIRA; PASSOS, 2012). Com o fim desse programa em 1985, o montante de recursos existentes direcionados à educação de jovens e adultos havia diminuído muito. Criou-se, então, a Fundação Educar, que abria mão do controle político pedagógico que caracterizara até então a ação do Mobral (DI PIERRO; JOIA; RIBEIRO, 2001).

Em 1988, é aprovada a nova Constituição Federal, na qual em seu Art. 208 assegura que a oferta do ensino fundamental deve ser obrigatória e gratuita, inclusive para aqueles que não tiveram acesso na idade própria (BRASIL, 1988). Nesse sentido,

as garantias constitucionais sobre direitos educativos com que se chegou ao final dos anos 80 fariam supor que a década seguinte seria de ampliação significativa do atendimento e multiplicação de iniciativas

visando fazer frente aos enormes desafios pedagógicos colocados para a educação de jovens e adultos no contexto de consolidação da democracia, concomitantemente ao crescente agravamento da situação econômica do país. (DI PIERRO; JOIA; RIBEIRO, 2001, p. 65).

Na década de 1990, a Fundação Educar teve fim e o Governo Federal cessou o financiamento de alfabetização de jovens e adultos. Nesse mesmo período, o número de analfabetos passava de 960 milhões de pessoas em todo mundo, dois terços dessa quantia eram mulheres, considerado um índice significativo até então (TEIXEIRA; PASSOS, 2012).

Ainda na década de 1990, a EJA passa a ser modalidade de Educação Básica com a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), a Lei nº 9.394/96, que manteve o foco nos exames do antigo supletivo e modificou a idade mínima para o ingresso, que caiu de 18 para 15 anos, no ensino fundamental, e de 21 para 18, no ensino médio (DI PIERRO; JOIA; RIBEIRO, 2001).

Outro ponto que merece destaque é o fato de que com a nova emenda da Constituição Federal a matrícula no ensino fundamental dos jovens e adultos passa a não ser mais obrigatória, mantendo apenas a garantia de sua oferta gratuita. Desde então, esse foi um dos últimos marcos legais mais importantes para a consolidação da EJA como modalidade de ensino que reafirma e busca efetivar o direito dos jovens e adultos ao ensino básico, dever do poder público, apropriado principalmente às suas condições peculiares de estudo (HADDAD; DI PIERRO, 2000).

Sabe-se que, nos últimos anos, a procura pela EJA torna-se cada vez maior, o que nos faz fomentar as discussões acerca desta modalidade de ensino. Segundo dados do IBGE (2009), no ano de 2007, as pessoas que frequentavam ou frequentaram anteriormente a EJA foi crescente nos grupos de 18 a 39

anos de idade, no qual foi de 7,5% a 10,7%, diminuindo apenas no grupo de 40 a 49 anos, com 8,6% e 4,6%, no de 50 anos ou mais.

Cabe ressaltar que, do total de estudantes que compõe a EJA, 53% são mulheres com baixa renda e na faixa etária entre 18 e 39 anos, frequentando principalmente o segundo segmento do ensino fundamental ou ensino médio (IBGE, 2009). Este dado nos instiga a refletir as relações de gênero existentes na sociedade, visando à educação, bem como, quem são as mulheres estudantes desta modalidade de ensino, o que elas procuram, se há garantias de uma educação com qualidade e se há políticas que incentivam a busca delas pelos estudos.

Metodologia

Para se começar uma investigação científica, Asti Vera (1979) defende a ideia que o propulsor para um estudo é o problema, pois sem ele não há razão para realizar a pesquisa. Nesse sentido, este estudo tem como enfoque a mulher estudante de EJA, suas perspectivas, sonhos e desafios.

Segundo Marconi e Lakatos (2002), a pesquisa é um instrumento fundamental para a resolução de problemas coletivos, assim sendo, esta pesquisa busca responder algumas questões pouco discutidas acerca da educação escolar de mulheres estudantes da EJA. Deste modo, o presente estudo parte da perspectiva qualitativa, visto que trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (MINAYO, 2001).

Partindo desse ponto, a pesquisa apresentada caracteriza-se como descritiva, na medida em que há um levantamento de dados quantitativos e qualitativos e a explicação do porquê destes dados. Caracteriza-se também como exploratória, pois há a investigação

de um objeto de estudo que possui poucas informações (DALFOVO; LANA; SILVEIRA, 2008), e tendo como ponto de partida a pesquisa bibliográfica e documental, que contribuirá para fundamentação do estudo, bem como dados estatísticos extraídos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), referente à temática.

Houve, ainda, a pesquisa de campo, na qual foram feitas entrevistas semiestruturadas com perguntas abertas, previamente elaboradas e organizadas pelo pesquisador, com o objetivo de “obter diferentes respostas à mesma pergunta, possibilitando que sejam comparadas” (GERHARDT; SILVEIRA, 2009, p. 72).

O público-alvo destas pesquisas são mulheres, independente de faixa etária, que estudam na modalidade de ensino EJA, cursando 1ª e 2ª fases do ensino fundamental e 3ª e 4ª fases do ensino médio; e que tenham filhos na idade de 0 a 10 anos. A importância de que sejam mães de crianças nessa idade se dá pelo fato de que “mesmo após as grandes conquistas da mulher e dos avanços tecnológicos, o papel dela ainda é permeado por ranços de tradicionalismo, onde a mulher é vista como cuidadora da família e a responsável pelo zelo da casa” (COSTA; ANDROSIO, 2009, p. 11), o que nos faz refletir se cuidar de casa e principalmente de filhos pequenos influencia na jornada educacional.

Antes de iniciar a etapa de coleta de dados, a fim de obter informações a respeito da oferta da EJA na cidade, foi feito um levantamento sobre quais escolas do município de Naviraí, Mato Grosso do Sul, ofereciam essa modalidade de ensino, totalizando, então, quatro escolas. Na sequência, realizou-se o primeiro contato com as instituições. No primeiro contato com a coordenação de cada escola, responsável pela EJA, verificou-se a quantidade de matrículas masculinas e femininas, bem como o número de evasão de ambos os sexos. Durante todo o levantamento, nenhuma instituição escolar demonstrou objeções quanto à realização deste estudo.

No segundo contato, foram escolhidas as participantes e realizadas as entrevistas. Para tanto, foi elaborado, previamente, um roteiro contendo dez questões abertas que serviu de base no momento da coleta dos dados. Ao todo foram sete entrevistadas, que tiveram suas respostas gravadas, transcritas e então sistematizadas para posterior análise.

O perfil das participantes, incluindo idade, profissão e número de filhos, encontra-se descrito no Quadro 1. Para preservar a identidade das sete mulheres entrevistadas, seus nomes foram omitidos e estão sinalizados no texto como P1, correspondente a participante 1, P2 participante 2 e assim sucessivamente, conforme o número de mulheres entrevistadas. As respostas encontram-se presentes no decorrer da apresentação e análise dos dados, em que são feitas comparações entre si e fundamentadas em autores que abordam essa temática.

Quanto à análise, segundo a perspectiva de Prodanov e Freitas (2013), esta fase prevê a interpretação dos dados de modo a atender aos objetivos da pesquisa: comparar e confrontar dados com o objetivo de confirmar ou rejeitar a(s) hipótese (s) ou os pressupostos da pesquisa em questão. Para que tal propósito seja possível, a análise dos dados encontra-se em forma de citações diretas e indiretas no decorrer no texto.

Resultados e Discussão

O estudo foi realizado em quatro escolas que ofertavam a EJA no município, com a participação de sete mulheres, tendo como requisito principal, serem elas mães

de crianças com até dez anos de idade. Além de entrevistas, foram levantadas informações acerca da matrícula de homens e mulheres na EJA, bem como a aprovação de ambos os sexos ao fim do ano letivo, sendo esse o ponto de partida desta análise.

Das quatro escolas que ofertaram a EJA em 2016, todas apresentaram maior quantidade de mulheres matriculadas em relação aos homens. Essa diferença também é refletida na permanência desses alunos e na aprovação, visto que, em todas as escolas o número de mulheres aprovadas também superou o de homens. Os dados fornecidos pelas escolas participantes corroboram com as estatísticas do IBGE de 2010, na qual o índice de frequência escolar, no ensino regular, entre mulheres jovens subiu para 54,7%, enquanto entre homens, 45,3%. Quanto à evasão, os dados apontam que os jovens do sexo masculino somam um total de 41,1% daqueles que abandonam as salas de aula, já as mulheres 31,9% (IBGE, 2014).

Quanto às estatísticas relacionadas à EJA, a diferença de gênero também aponta para a mesma direção. Segundo o IBGE (2009), em 2007, do total daqueles que frequentavam ou frequentaram anteriormente o curso de educação de jovens e adultos, 53% eram mulheres e 47% homens. Nesse sentido, mesmo que os períodos expostos referenciem momentos diferentes no Brasil, a mulher se mostra à frente na busca pela educação, principalmente na EJA.

A partir dessa realidade, buscou-se explicar as questões e considerar as respostas das participantes, cujo perfil encontra-se no Quadro 1, almejando perceber a relação de cada uma com a EJA.

Quadro 1 – Perfil das participantes da pesquisa.

	Idade	Trabalho	Filhos
P1	22 anos	“[...] eu estou encostada pelo INSS”.	“Sim, uma filha de 4 anos”.
P2	22 anos	“[...] trabalho num restaurante eu sou auxiliar”.	“Sim, uma, 5 anos”.
P3	43 anos	“[...] eu sou costureira”.	“Sim, quatro, uma tem 27, a outra tem 24, e o outro 15 e o neném com 8”.
P4	32 anos	“Trabalho, doméstica”.	“Sim, dois, uma tem quatorze e o outro tem 8”.
P5	24 anos	“Não”	“Sim, tenho um filho de 1 ano e 8 meses”.
P6	35 anos	“Eu estou desempregada no momento”.	“Sim, dois, um tem 10 e o outro tem 13”.
P7	30 anos	“Sou faqueira, no setor frigorífico no JBS”.	“Sim, quatro, 14, 12 e 10 são gêmeos.”

Fonte: As autoras (2017).

Entre as sete entrevistadas, somente três não desenvolvem nenhuma atividade remunerada, o que pressupõe que elas possuem mais tempo para se dedicar aos estudos e à família. É possível perceber que as participantes com mais idade possuem mais de dois filhos com idade entre 8 e 27 anos. Desse modo, perguntadas sobre com quem fica com seus filhos no período em que estudam, cinco participantes responderam que eles ficam com familiares ou babá; uma respondeu que ficam sozinhos em casa; e uma disse que o levava para as aulas.

Dadas as diferentes realidades, pressupõe-se que muitas mulheres, assim como as entrevistadas, tomam para si a responsabilidade de criar os filhos, o que pode se tornar um problema ou empecilho para trabalhar ou estudar.

A responsabilidade de criar e cuidar dos filhos corresponde não somente à mulher, mas a todos os envolvidos familiarmente. Segundo Oro e Weschenfelder (2010, p. 10), durante muito tempo as mulheres estiveram “confinadas apenas à realização do trabalho doméstico e aos cuidados dos filhos, somente nas últimas décadas é que as mulheres vêm conquistando e forçando a queda de alguns preconceitos quanto ao seu papel na sociedade”. Deste

modo, pressupõe-se que muitas mulheres, apesar de possuírem família, necessitam de algo a mais para se firmarem na sociedade.

Ao questionar as participantes sobre como elas se veem atualmente, sendo mulheres, mães e estudantes, as afirmações mostram-se positivas, atribuindo tal momento à educação. Neste sentido, P1 destaca que se vê “batalhando, se esforçando, correndo atrás do que eu mais tenho vontade de fazer que é a faculdade”. Já P2 relata: “Então, eu me vejo, uma pessoa muito capacitada, capacitada em concluir o ensino médio ou qualquer curso”. E P7 menciona: “Realizada, por tá terminando o fundamental”.

Os vários papéis que compõe a mulher, como ser mãe, profissional, estudante, é o que de fato as permitem construir e ser reconhecidas como as responsáveis por suas histórias, não as limitando aos papéis de esposa ou mãe (BARROS; ROCHA, 2008).

Relacionando o momento de descobertas, em que cada uma se encontra na educação, com as expectativas para o futuro, cabe destacar as respostas de P2, P4, e P7 apresentadas abaixo:

Eu quero me formar, quero fazer uma faculdade, quero adquirir um emprego melhor né, dar uma melhor educação para

minha filha né... É isso. (P2).

Terminar meu estudo, fazer uma faculdade, se formar, eu pretendo né? (P4).

Terminar né e futuramente fazer um curso (P7).

Percebe-se que o desejo de concluir os estudos e ingressar em um/a curso/faculdade é muito forte entre as participantes, que almejam uma vida melhor a partir disso. P5 e P6 buscam, respectivamente, “concluir o ensino médio, fazer um curso, fazer faculdade, pra obter um salário bom e conquistar a minha independência” e “cursar uma faculdade né, e poder ter meu próprio negocio né”.

Essas mulheres estão buscando na educação uma forma de melhorar a qualidade de vida, bem como independência financeira, buscando um trabalho que as satisfaçam de maneira que possam trabalhar dignamente e ter remuneração merecida; ter satisfação quanto à atividade exercida, autonomia e qualidade de vida (BARROS; ROCHA, 2008); e, conforme destaca P1 destaca como expectativa para o futuro: “dar uma vida melhor pra minha família”.

Partindo para o grupo de questões correspondentes à EJA, lhes foi perguntado como veem a EJA, visto que esta modalidade de ensino oportuniza não somente às mulheres, mas uma parcela da população que não estudou ou não concluiu seus estudos por algum motivo, como ressalta P3: “Pra mim e muitos que estamos estudando, a gente acha muito bom, porque eu mesmo não sabia nem escrever meu nome e hoje alguma coisa eu já sei”. Cabe destacar também as respostas das participantes P2 e P5:

Eu vejo a EJA como melhor coisa que tem, porque olha se não fosse assim, não teria como a gente tá continuando, porque eles dá muita oportunidade né, pra gente que trabalha, tem filho, tem casa né, não é fácil. (P2).

A EJA eu vejo como uma possibilidade muito boa, pra qualquer tipo de pessoa que deixou os estudos há um tempo atrás, é uma boa oportunidade pra pessoa poder voltar a estudar, pra poder estar atualizado, então a EJA é uma oportunidade pra pessoas que quer ter uma vida melhor, que quer um serviço melhor. (P5).

É possível perceber o quanto a EJA contribui para a formação dessas mulheres, tanto pela alfabetização quanto por facilitar a retomada dos estudos, visando um futuro melhor. Definida pelo Art. 37 da LDB (Lei n. 9.394/96), essa modalidade de ensino destina-se àqueles que não tiveram acesso ao ensino fundamental e médio na idade própria, tendo como principal tarefa fazer valer o previsto no Art. 208, inciso I da Constituição Federal de 1988, no qual garante o acesso e a permanência ao ensino fundamental a todos, sem distinções.

Nesse sentido, a EJA como uma modalidade de ensino assegurada por lei, transcende a função de ofertar o saber para aqueles que, por algum motivo, não puderam concluir seus estudos na idade regular, assumindo o papel importante de busca e realização de sonhos com a melhoria de vida através da educação. As entrevistadas, questionadas sobre o que motivou seu ingresso à EJA, várias foram as respostas, cabe destacar os relatos de P3 e P7:

As vezes é a discriminação né, tem pessoas que perguntam se a gente sabe ler ou escrever, a gente diz não, a pessoa discrimina a gente. (P3).

Ah! Pra mim poder passar algo mais pros meus filhos, porque eles pediam minha ajuda eu não podia tá ajudando eles. (P7).

Em ambas as respostas, percebe-se a necessidade em ser alfabetizada, visto que a falta do conhecimento pode gerar problemas nas relações sociais e na relação com a família. Para algumas mães, dar continuidade aos estudos é uma “forma de empreender esforços

para o sucesso dos filhos, independente das dificuldades que podem encontrar ao voltar a estudar” (ORO; WESCHENFELDER, 2010, p. 14).

Outro ponto, que merece destaque quanto à motivação em estudar na EJA citado pelas participantes, é o fato de poder concluir os estudos em menor tempo, como é possível perceber no relato de P1: “Terminar mais logo os meus estudos”. Já P2 atribui a motivação às expectativas futuras: “Ah, porque eu quero concluir né, estudar, fazer uma faculdade, adquirir um emprego melhor”.

Várias são as motivações para retornar aos estudos. Se antes o lugar da mulher era em casa, cuidando de afazeres domésticos e das crianças, hoje o lugar da mulher também é na escola (ANDRADE, 2008). As mulheres possuem outras ambições, como a concretização do sonho de poder dar continuidade aos estudos, cursar uma faculdade ou conquistar um emprego melhor. Isso é possível perceber no relato de P4, na qual a motivação maior em estudar é “para procurar um serviço melhor”, visto que, segundo P6 “hoje o mercado de trabalho exige muito estudo né”.

Apesar das respostas serem distintas em relação à melhoria de vida, seja ela para proporcionar aos filhos e familiares um bom exemplo, garantir um emprego melhor ou continuar os estudos, é visível nesses relatos o quanto a educação desempenha um papel fundamental para as entrevistadas. Questionadas quanto as possíveis dificuldades em estudar, um ponto que merece destaque, é o fato de algumas participantes atribuírem aos filhos o motivo da dificuldade, como é possível observar nos relatos das entrevistadas P2 e P3: “Ah, um pouco assim... por que a gente que tem filho, cuidar de casa não é fácil né. Tem hora que bate aquele cansaço, além disso, só estudar exige sacrifício, se a gente quer a gente tem que correr atrás” (P2), “Ah, com certeza, uma é que é um pouco longe, tenho um menino pequeno que tem que trazer e tudo complica né, mas a gente vem” (P3).

A entrevistada P1 aborda a dificuldade relacionada aos problemas de saúde, bem como às responsabilidades com a filha, trazendo à baila a reflexão acerca dos papéis impostos historicamente pelas sociedades ocidentais industrializadas ao gênero feminino.

Eu tenho problema de saúde, então tem dia que eu não estou bem pra vim, essa que é a maior dificuldade, e minha filha também tem alergia a lactose e leite, então tem dia que ela tá bem, tem dia que ela não tá bem, aí eu não venho, porque pode deixar com pai, mais mãe é mãe, não tem caso contrário. (P1).

Nas respostas acima, percebe-se como ponto forte a preocupação com os filhos durante o período em que elas estão estudando, o que acaba interferindo na aprendizagem durante a aula. Há insegurança por deixar a casa e os filhos aos cuidados dos familiares como nas respostas de P2 e P1, e a preocupação por não ter com quem deixar o filho, tendo que trazê-lo para as aulas, o que acaba sendo cansativo para a criança.

Deste modo, apesar das várias mudanças na sociedade, muitas mulheres ainda carregam pra si, de maneira intrínseca, toda a responsabilidade pela casa e família, mesmo que elas trabalhem ou estudem. Muitas mulheres buscam sua independência por meio dos estudos e do trabalho, e acabam por se desdobrarem em dupla e, às vezes triplas, jornadas (CARMO; ISCHIARA; CARNEIRO, 2011).

Por fim, questionadas como veem as mulheres na atualidade, várias foram as respostas, porém é marcante nos relatos a ideia da pessoa que busca por independência, educação e qualidade de vida:

Eu acho que a mulher hoje em dia ela tem que correr mais atrás, porque não dá pra ficar dependendo tipo só de marido, de um pai, de uma mãe. Tem que ser independente, que já era aquele tempo que mulher ficava

dependendo, hoje em dia ela tem que correr atrás. (P1).

As mulheres deveriam estudar né, pra não ficar só limpando chão pros outros né. (P4);

Ela sabe tirar proveito da educação, ela usa a educação pra não ser tão dependente de outras pessoas. (P7).

Segundo Oro e Weschenfelder (2010), a elevação da escolaridade, bem como a inserção da mulher no mercado de trabalho, traz a elas novas perspectivas de melhoria de vida. Nesse sentido, a visão da mulher atual em busca de estudos, além de estar relacionada à melhoria de vida, reflete a procura por independência, respeito e igualdade.

Neste sentido, a ideia presente nos relatos das participantes se assemelha ao modo pela qual elas se percebem, considerando que as mulheres na atualidade buscam autonomia por meio dos estudos, bem como uma vida melhor, conforme pontua P2: “a gente tem que ir em busca mesmo de melhoria né”. Caminhando nessa direção, P6 afirma que “as mulheres estão mais incentivadas, hoje elas vão à luta, né”. Relacionando as respostas de P2 e P6, evidencia-se a ideia de que a mulher está buscando seu espaço, “indo à luta” por seus objetivos, o que coloca como reflexão não só como elas veem/percebem a questão da mulher na atualidade, mas também como elas se encontram nas respostas, como protagonistas desta realidade.

Considerações finais

A pesquisa visou analisar, na perspectiva de gênero, o que as mulheres buscam em sua formação na Educação de Jovens e Adultos, bem como suas expectativas em relação aos estudos, a fim de compreender os motivos que influenciam a procura cada vez maior por esta modalidade de ensino. Visou, ainda, identificar o perfil dessas alunas de EJA, suas perspectivas e seus sonhos

relacionados à educação e o papel delas na sociedade. Essas inquietações evidenciaram-se por meio do estudo apresentado no decorrer da pesquisa, assim como, por meio dos relatos das participantes, em que se pode obter uma visão diferenciada acerca dessa temática, alcançando, assim, os objetivos propostos inicialmente.

A mulher que historicamente passou por um processo de aceitação e busca por seu lugar, atualmente, com as mudanças sociais, assume grandes papéis como provedora familiar, trabalhadora e estudante. É crescente o número de mulheres entrando no mercado de trabalho a cada ano, e mesmo que em número não ultrapasse os homens, o crescimento é significativo, visto que, antes, as mulheres estavam destinadas apenas a cuidar do lar e dos filhos; hoje, muitas são “chefes de família”.

Outro ponto a ser destacado é a procura das mulheres por educação, conforme mostram pesquisas sinalizando o avanço feminino na busca pelo conhecimento. Atualmente, as mulheres possuem mais anos de estudos, ultrapassando os homens. Tais mudanças se refletem diretamente nas relações sociais. Percebe-se que as ideias e os sonhos não são mais os mesmos de antigamente e muitas buscam na educação uma forma de garantir sua autonomia/independência.

Deste modo, a EJA representa para essas mulheres um caminho para a minimização dos efeitos da exclusão na sociedade, visto que viabiliza uma nova chance de poder melhorar suas condições de trabalho e renda, proporcionando autonomia e realização na medida em que possibilita a inserção nos espaços de socialização que se ampliam ao passo que refletem nelas uma nova visão de mundo por meio da educação.

Nesse sentido, percebeu-se, por meio dos resultados, que as participantes buscam na EJA uma maneira de terminar mais rápido os estudos, para que, dessa forma, possam dar continuidade a sua formação em uma faculdade ou curso,

possibilitando-lhes a oportunidade de ajudar e incentivar os filhos nos estudos, conquistar um emprego melhor, ter independência financeira e respeito.

Entretanto, muitas são as dificuldades enfrentadas por essas mulheres no processo de escolarização. O problema decorre do fato de que, para mães estudantes, a cobrança se torna maior, visto que muitas carregam a responsabilidade de cuidados com os filhos apenas para si, e as políticas públicas voltadas

para essa realidade, como incentivo aos estudos e atendimento para crianças no período em que as mães possam estar estudando, ainda são escassas.

Por fim, embora as mulheres sejam as maiores interessadas na educação, tenham conquistado espaço nas relações sociais, no mercado de trabalho e na efetivação de seus direitos, ainda há muitos caminhos a serem percorridos para que elas sejam realmente respeitadas e reconhecidas na sociedade.

Referências

AMAZONAS, M. C. L. A.; LIMA, A. O.; DIAS, C. M. S. B. **Mulher e família**: diversos dizeres. Recife: Oficina do Livro, 2006. 260 p.

ANDRADE, S. S. Juventude, processos de escolarização e maternidade. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO, 8., 2008, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: Editora Mulheres, 2008. p. 1-7. Disponível em: <<http://www.fazendogenero.ufsc.br/8/>>. Acesso em: 20 nov. 2016.

ASTI VERA, A. **Metodologia da pesquisa científica**. 5. ed. Porto Alegre: Globo, 1979. 223 p.

BARROS, J. N.; ROCHA, M. M. S. **Mulher, mãe e profissional**: uma breve discussão sobre o reflexo dessas escolhas no modo de ser mulher. Minas Gerais: Centro Universitário do Leste de Minas Gerais, 2008. Disponível em: <http://www.unilestemg.br/kaleidoscopio/artigos/volume2/mulhe_mae_e_profissional_uma_breve_discussao_sobre_o_reflexo_dessas_escolhas_no_modode_ser.pdf>. Acesso em: 4 dez. 2016.

BRASIL. **Constituição** (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p.

_____. Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres. **Plano Nacional de Políticas para as Mulheres**. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2013. 114 p.

BRITO, D. R. S.; MIRANDA, J. A. A escolarização da mulher: o paradoxo entre a luta pela emancipação e as práticas familiares. In: SEMANA DE PEDAGOGIA, 5., 2012, Bahia. **Anais...** Bahia: Editora da UESB, 2012. p. 6. Disponível em: <<http://www.uesb.br/eventos/semanapedagogia/anais/58CO.pdf>>. Acesso em: 25 nov. 2016.

CARMO, K. S. N.; ISCHIARA, J. C.; CARNEIRO, S. N. V. **A subjetividade feminina na atualidade**: um levantamento de como a mulher se percebe diante dos papéis assumidos por ela. 2011. Disponível em: <<http://www.psicologia.pt/artigos/textos/TL0249.pdf>>. Acesso em: 20 nov. 2016.

COELHO, V. P. O trabalho da mulher, relações familiares e qualidade de vida. **Revista Social & Sociedade**. São Paulo, n. 71, p. 63-79, 2002.

COSTA, I. H.; ANDROSIO, V. O. **As transformações do papel da mulher na contemporaneidade**. 2009. Disponível em: <<http://www.pergamum.univale.br/pergamum/tcc/Astransformacoesdopapeldamulhernacontemporaneidade.pdf>>. Acesso em: 20 nov. 2016.

DALFOVO, M. S.; LANA, R. A.; SILVEIRA, A. Métodos quantitativos e qualitativos: um resgate teórico. **Revista Interdisciplinar Científica Aplicada**, Blumenau, v. 2, n. 4, p. 1-13, 2008. Disponível em: <<http://rica.unibes.com.br/index.php/rica/article/view/243/234>>. Acesso em: 20 nov. 2016.

DI PIERRO, M. C.; JOIA, O.; RIBEIRO, V. M. Visões da educação de jovens e adultos no Brasil. **Cadernos Cedes**, Campinas, v. 21, n. 55, p. 58-77, nov. 2001. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-32622001000300005>.

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. (Orgs.). **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. 120 p.

HADDAD, S.; DI PIERRO, M. C. D. Escolarização de jovens e adultos. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 14, p. 108-130, maio-ago. 2000. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-24782000000200007>.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Aspectos complementares da educação de jovens e adultos e educação de profissional 2007**. 2009. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv41864.pdf>>. Acesso em: 4 dez. 2016.

_____. **Indicadores sobre trabalho decente**: uma contribuição para o debate da desigualdade de gênero. 2011. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv49383.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2017.

_____. **Mulher no mercado de trabalho**: perguntas e respostas. 2010. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme_nova/Mulher_Mercado_Trabalho_Perg_Resp.pdf>. Acesso em: 4 dez. 2016.

_____. **Síntese de indicadores sociais**: uma análise das condições de vida da população brasileira 2010. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/pt/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=245700>>. Acesso em: 10 jan. 2017.

_____. **Pesquisa nacional por amostra de domicílios**: síntese de indicadores 2014. 2015. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv94935.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2017.

_____. **Estatística de gênero**: uma análise do senso demográfico 2010. 2014. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=288941>>. Acesso em: 4 dez. 2016.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. Técnicas de pesquisa. In. _____. (Orgs.). **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2002. p. 174-214.

MORAES, E. Ser mulher na atualidade: a representação discursiva da identidade feminina em quadros humorísticos de Maitena. Maringá, 2012. In: TASSO, I., NAVARRO, P. (Orgs.) **Produção de identidades e processos de subjetivação em práticas discursivas** [online]. Maringá: Eduem, 2012. p. 259-285.

MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2001. 41 p.

ORO, A. C.; WESCHENFELDER, R. C. S. **Mulheres e EJA: o que elas buscam?** 2010. Disponível em: <<http://www.upplay.com.br/restrito/nepso2010/pdf/artigos/caxias/Artigo%20Mulheres%20e%20EJA%20o%20que%20elas%20buscam.pdf>>. Acesso em: 20 nov. 2016.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. Novo Hamburgo: Feevale, 2013. 275 p.

PROBST, E. R.; RAMOS, P. **A evolução da mulher no mercado de trabalho**. 2015. Disponível em: <<http://www.posuniasselvi.com.br/artigos/rev02-05.pdf>>. Acesso em: 24 jan. 2017.

RITT, C. F. A conquista da educação pelas mulheres na história do Brasil, a violência doméstica praticada contra a mulher e a aplicação do art. 41 da Lei Maria da Penha, para a punição do agressor da violência de gênero. **Revista do Curso de Direito da FSG**, Caxias do Sul, v. 6, n. 12, p. 41-53, jul./dez. 2012. Disponível em: <<http://ojs.fsg.br/index.php/direito/article/viewFile/357/331>>. Acesso em: 20 nov. 2016.

RODRIGUES, V. L.; COSTA, F. L. A importância da mulher. In: **O professor PDE e os desafios da escola pública paranaense**. Curitiba: SEED/PR, 2011. (Cadernos PDE). Disponível em: <www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=20>. Acesso em: 20 dez. 2017.

SILVA, R. P. **Adolescentes na EJA**. 2011. 47 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/72595>>. Acesso em: 10 jan. 2017.

SINGH, K. S. O direito à educação: países concordam em promover o acesso das mulheres à educação. In: MCCALL, D. L. (Org.). Educação de mulheres e meninas. **E Journal USA: Departamento de Estado dos EUA / Bureau de Programas de Informações Internacionais**, v. 15, n. 12, 2011. Disponível em: <http://photos.state.gov/libraries/amgov/30145/publications-portuguese/Educating_Women_and_Girls_0611p.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2016.

TEIXEIRA, L. A.; PASSOS, M. M. O que leva jovens e adultos a buscar a EJA?: algumas considerações. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, 3., 2012, Ponta Grossa. **Anais...** Ponta Grossa: SINECT, 2012. Disponível em: <[>. Acesso em: 20 nov. 2016.](http://www.sinect.com.br/2012/down.php?id=2584&q=.)

Submetido em 21 de julho de 2017.

Aprovado em 10 de setembro de 2017.